

Companhia Energética do Jari - CEJA

CNPJ/MF nº 03.581.989/0001-62



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	97.839	75.103	Fornecedores	14	113.924	106.705
Concessões	4	45.869	45.846	Emprestimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	50.801	54.289
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	16.151	17.342	Outros tributos a recolher	5	4.600	1.382
Outros tributos compensáveis	5	3.695	3.936	Dividendos	5	10.451	13.211
Estornos	10	4.690	4.858	Uso do bem público	15	42.276	59.912
Prêmio de risco - GSF	9	2.294	2.294	Provisões	17	2.950	2.822
Outros créditos	11	1.378	1.198	Outras contas a pagar	18	8.742	5.998
Total do Ativo Circulante		172.007	150.577	Total do Passivo Circulante		236.270	246.537
Não circulante				Não circulante			
Caupões e depósitos vinculados	8	28.148	22.994	Emprestimos e financiamentos	16	294.503	341.451
Prêmio de risco - GSF	9	7.455	9.748	PIS e COFINS diferidos	6	25	20
Outros Créditos	11	309	725	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	6	107.613	110.376
Imobilizado	12	995.170	1.005.301	Uso do bem público	17	32.719	31.367
Intangível	13	418.273	440.682	Provisões	18	4.266	10.329
Total do Ativo Não circulante		1.413.443	1.445.983	Outras contas a pagar		11	2.526
TOTAL DO ATIVO		1.621.362	1.629.327	Total do Passivo Não circulante		439.148	493.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2024	2023
Receitas	20	353.241	338.638
Custo da operação e do serviço de energia elétrica	21	(66.705)	(68.133)
Custo do serviço de energia elétrica		(52.120)	(49.665)
Custo de operação		(118.825)	(117.988)
Lucro bruto		234.416	220.840
Despesas e Receitas operacionais	21	(23.312)	(25.143)
Despesas gerais e administrativas		8.081	(181)
Outras despesas e receitas operacionais		(15.231)	(25.324)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		219.185	195.516
Resultado financeiro	22	14.444	35.886
Receitas financeiras		(42.147)	(35.902)
Despesas financeiras		(27.703)	(16)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		191.482	195.500
Tributo sobre o lucro	23	(10.321)	(9.578)
Imposto de renda e contribuição social correntes		2.763	3.363
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.558)	(6.215)
Lucro líquido do exercício		183.924	189.285
Resultado por ação atribuível aos acionistas	24	7.13050	7.33833

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	183.924	189.285
Resultado abrangente do exercício	183.924	189.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Geração do valor adicionado	438.168	416.393
Receita operacional	407.123	391.173
Receita relativa à construção de ativos próprios	22.857	24.922
Outras receitas	8.188	298
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(112.111)	(116.014)
Custos da energia comprada	(31.298)	(41.854)
Encargos de uso da rede elétrica	(42.186)	(33.207)
Materiais	(6.917)	(6.961)
Serviços de terceiros	(20.096)	(33.334)
Outros custos operacionais	(11.614)	(6.58)
Valor adicionado bruto	326.057	300.379
Depreciações e amortizações	(52.260)	(52.715)
Valor adicionado líquido produzido	273.797	247.664
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	15.197	37.641
Valor adicionado total a distribuir	288.994	285.305
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.650	5.484
Benefícios	2.090	1.880
FGTS	472	562
Impostos, taxas e contribuições	50.844	48.477
Federais	3.866	3.714
Estaduais	1	1
Municiais		
Remuneração de capitais de terceiros	42.147	35.902
Juros	49.737	70.485
Remuneração de capital próprio	154.807	166.505
Juros sobre capital próprio	134.187	118.800
Lucros retidos	288.994	285.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro			
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
PIS e COFINS diferidos			5
Depreciações e amortizações			52.260
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			1.165
Amortização do prêmio de risco - GSF			2.293
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures			31.749
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			4.421
Provisões (reversões) e atualizações monetárias civis, fiscais e trabalhistas			(2.824)
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			1.274
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária			72
Caupões e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária			(3.879)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária			(2.050)
Fator de Indisponibilidade - FID			5.031
Resarcimento de seguro			1.972
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			282.971
Concessões			5
Outros tributos compensáveis			52.715
Outros ativos operacionais			183.924
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			88.229
Fornecedores			18.108
Outros tributos a recolher			404
Provisões			(9.933)
Uso do bem público			2.824
Outros passivos operacionais			(9.643)
Caixa proveniente das atividades operacionais			284.205
Imposto de renda e contribuição social pagos			2.188
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			284.205
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível			(22.857)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			284.205
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Caupões e depósitos vinculados			1.975
Redução de capital social			(200.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos			

...continuação

Companhia Energética do Jari - CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade do IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

2.8 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos, como Circulante ou Não circulante; Passivos Não circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retorno (sale and leaseback).	IAS 1/IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/IAS 12/IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2024

O CPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros do Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade

O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidencião a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros do propósito geral das concessões e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.

Não há Orientação 01/01/2024

Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

IFRIC 21 Interpretação 01/01/2024

ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custo (funding) Mínimo e sua Interação

Esta Interpretação se aplica a todos os benefícios definidos de pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta Interpretação, os requisitos de custeio (funding) mínimo são quaisquer requisitos para custeio (funding) de plano de benefício de pós-emprego ou outro de longo prazo.

Estão sendo propostos ajustes pontuais do texto, para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA, bem como uma nova seção, incluída ao final do Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas no modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.

IFRIC 14 Interpretação 01/01/2024

CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.

IAS 12/ IFRS 9 Pronunciamento 01/07/2024

Revisão 26: CPC 32 e CPC 48

Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

IAS 21/ IFRS 1 Pronunciamento 01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.9 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21/ IFRS 1	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por tal razão com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Nota	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	10.478	14.455
Aplicações financeiras - renda fixa		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.1	87.361
Total	97.839	75.103

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

3.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Em 31 de dezembro de 2024 as aplicações financeiras da Companhia estão remuneradas a taxas que variam entre 97,00% e 101,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentadas como segue:

Ativo

Passivo

Resultado

2025 2026 2027 2028 2029 2030 a 2032 Total Não circulante

16.044 18.380 3.394 3.394 3.394 10.030 54.636

Concessionárias (Nota 4)

Venda de energia elétrica

EDP Espírito Santo

EDP São Paulo

Controladoras

2025 2026 2027 2028 2029 2030 a 2032 Total Não circulante

16.044 18.380 3.394 3.394 3.394 10.030 54.636

Fornecedores (Nota 14)

EDP Trading

Encargos de uso de rede

Mata Grande Transmissora

EDP Transmissão Aliança

EDP Transmissão Litoral Sul

EDP Goiás

EDP Transmissão SP-MG

EDP Transmissão Norte

Contrato de prestação de serviços (a)

EDP Goiás

Outros créditos e outras contas a pagar (Nota 11)

Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura (b)

EDP - Energias do Brasil

Controladora em conjunto

2025 2026 2027 2028 2029 2030 a 2032 Total Não circulante

16.044 18.380 3.394 3.394 3.394 10.030 54.636

(*) Em 20 de fevereiro de 2024, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia EDP Transmissão SP-MG e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

(**) Em 07 de junho de 2024, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Mata Grande Transmissora e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritas na nota de Garantias (Nota 27.2).

a) Contrato de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONTS, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. Com vigência até 30 de junho de 2026, bem como ajustar pelo IPCA o valor mensal pago pela contratante, de R\$50 para R\$51,55, a partir de 01 de julho de 2023, mantendo-se as demais cláusulas inalteradas.

b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

A operação realizada com as contrapartes informadas neste contrato ocorreu no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

7.2 Controladoras direta e final

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A. e a CTG Brasil, sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

7.3 Remuneração dos administradores

A Companhia não apresentou dispêndios com os profissionais chaves da Administração no exercício.

8 Cauções e depósitos vinculados

Nota Saldo em 31/12/2023 Adição Atualização Resgate Baixa Saldo em 31/12/2024

Depósitos judiciais 18 1.314 3 106 (1) 26.728

Depósitos vinculados 8.1 20.980 11.651 3.773 (9.676) 2.267

Total Não circulante 22.294 11.654 3.879 (9.677) (2) 28.148

8.1 Depósitos vinculados

Refer-se à garantia exigida no contrato de financiamento junto ao BNDES equivalente a 3 vezes o valor da próxima prestação a ser paga pela Companhia, cujas adições e resgates são efetuados diretamente na referida conta. O valor deverá ser mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato.

9 Prêmio de risco - GSF (Generation Scaling Factor)

Devido a adesão da repartição do risco hidrológico no ACR, onde 92% da exposição ao GSF é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro a março de 2029, de acordo com o Despacho nº 4.140 de 24 de dezembro de 2015. No exercício de 2024 foram amortizados R\$2.523 (2.500 em 2023).

10 Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável.

O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

www.edp.com

continua...

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2024 de R\$4.690 (R\$4.858 em 31 de dezembro de 2023) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 12) pelo montante, em 31 de dezembro de 2024, de R\$1.

...continuação

Companhia Energética do Jari - CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11.4.1 Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

O montante de R\$223 refere-se ao saldo a pagar, conforme a resolução nº 67/2001 da ANEEL, onde estabelece o pagamento mensal do citado encargo pelos concessionários e autorizados para a produção de energia hidrelétrica. O aumento do saldo no exercício ocorreu devido a menor geração hídrica entre os períodos em aproximadamente -8.046MWh e pelo aumento da TAR (Tarifa Atualizada de Referência), que em 2023 era de R\$89,79 e em 2024 passou a ser R\$94,45.

11.4.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se as obrigações a aplicar o programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 11.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a destinação dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados a Conta de desenvolvimento energético - CDE.

12 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contabil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21. Os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria própria.

12.1 Composição do imobilizado

	31/12/2024				31/12/2023			
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos	759	759	759	759	759	759	759	759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,05	405.472	(85.762)	319.710	2,05	405.472	(77.444)	328.028
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,13	353.309	(77.438)	275.871	2,13	353.309	(69.910)	283.399
Máquinas e equipamentos	2,99	423.679	(127.873)	295.806	2,99	424.085	(115.228)	308.857
Veículos	14,29	1.362	(1.356)	6	14,29	1.362	(1.352)	10
Móveis e utensílios	6,25	78	(27)	51	6,25	78	(22)	56
	1.184.659	(292.456)	892.203		1.185.065	(263.956)	921.109	
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	2.919	(1.004)	1.915	3,33	2.919	(907)	2.012
Máquinas e equipamentos	3,23	37.105	(12.298)	24.807	3,23	37.105	(11.101)	26.004
	40.024	(13.302)	26.722		40.024	(12.008)	28.016	
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	143	(30)	113	3,33	143	(26)	117
Máquinas e equipamentos	15,63	286	(142)	144	15,17	192	(114)	78
Veículos	14,29	50	(44)	6	14,29	50	(38)	12
Móveis e utensílios	9,21	500	(284)	216	7,99	500	(257)	243
	979	(500)	479		885	(435)	450	
	1.225.662	(306.258)	919.404		1.225.974	(276.399)	949.575	
Total do Imobilizado em serviço								
Imobilizado em curso								
Geração	75.473	75.473	55.294	55.294	75.473	75.473	55.294	55.294
Administração	293	293	432	432	293	293	432	432
	75.766	-	75.766		55.726	-	55.726	
	1.301.428	(306.258)	995.170		1.281.700	(276.399)	1.005.301	
12.2 Movimentação do imobilizado								
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos (Nota 12.2.1)	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas (Nota 12.2.2)	Outros	Valor líquido em 31/12/2024	
Imobilizado em serviço								
Terrenos	759					759		
Reservatórios, barragens e adutoras	328.028			(8.318)		319.710		
Edificações, obras civis e benfeitorias	285.528			(7.629)		277.899		
Máquinas e equipamentos	334.939			(13.871)		320.757		
Veículos	22			(10)		12		
Móveis e utensílios	299			(32)		267		
	949.575	-	198	(29.860)	(509)	-	919.404	
Imobilizado em curso								
Máquinas e equipamentos	48.446			(198)		48.900		
Outros	7.280			558		(1.972)		5.866
	55.726	22.747	(198)	-	(537)	(1.972)	75.766	
	1.005.301	22.747	-	(29.860)	(1.046)	(1.972)	995.170	
12.2.1 Ingressos								
Os ingressos referem-se a: (i) investimentos realizados no tratamento da subpressão da barragem e no vertedouro; (ii) modernização de sistemas operacionais; e (iii) aquisição de uma embarcação.								
12.2.2 Outros								
O montante refere-se à reversão de contingências do período da construção da usina, foi julgada improcedente em 3ª instância, resultando em resarcimentos de seguros.								
13 Intangível								
Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).								
A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.								
16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas								
16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas								
	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento
Moeda nacional								
BNDES	736.807	13/12/2012	716.790	13/12/2012 a 15/05/2031	Implementação do projeto de construção da UHE Jari.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual ao período de amortização; ii. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo Total igual ou superior a 25%; Ambos os índices serão apurados anualmente em 31 de dezembro.	TJLP + 1,86% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/06/2015.
(-) BNDES - Custos de Transação	(1.474)	13/12/2012	(1.474)	13/12/2012 a 15/05/2031				
	735.333	13/12/2012	715.316	13/12/2012 a 15/05/2031				
16.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas								
	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos provisionados	Juros Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária			

...continuação

Companhia Energética do Jari - CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.1.3 Risco de perda remota

Existem processos de natureza cível em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.415 (R\$908 em 31 de dezembro de 2023).

18.2 Licenças ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$12.288 (R\$12.674 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Operação - LO nº 1.233/14 foi emitida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em 13 de maio de 2014, sendo retificada em 9 de março de 2015, autorizando a Companhia a operar a UHE Jari, localizada no rio Jari, entre os municípios de Almeirim no Estado do Pará (PA) e Laranjal do Jari no Estado do Amapá (AP).

A LO era válida pelo período de 4 anos, a contar da data da retificação, vencendo em 8 de março de 2019. A Companhia providenciou o processo de renovação da LO, dentro do prazo estipulado, e, atualmente, está aguardando a manifestação do IBAMA, sendo que, até a manifestação do mesmo, a LO permanece válida.

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desse provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 7,00% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mas especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza contínua previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 4 anos, prevista na Resolução CONAMA 237/97.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$1.660 (R\$606 em 31 de dezembro de 2023). O montante total refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2024
Circulante	5.998	(1.660)	386	3.959	59
Não circulante	6.676		229	(3.959)	600
Total	12.674	(1.660)	615	- 659	12.288

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado 31 de dezembro de 2024 é de R\$650.824 e está representado por 25.793.746 ações ordinárias, sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2024	31/12/2023
	Quantidade de ações	% participação
	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	12.896.873	50,00
CTG Brasil	12.896.873	50,00
Total	25.793.746	100,00

19.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não exceder 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Nota	31/12/2024	31/12/2023	
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício			
Constituição da reserva legal - 5%			
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP			
Incentivos fiscais			
Dividendo adicional proposto			
Dividendos por ação - R\$ - JSCP			
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos complementares			
19.3 Reservas			
Reservas de lucros			
Legal			
Dividendo adicional proposto			
Incentivos fiscais			
Total	Nota	31/12/2024	31/12/2023
19.3.1 Reserva legal			
A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.			
19.3.2 Reservas de incentivos fiscais			
As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA) referente à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizado para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.			

20 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

	Nota	2024	2023	RS
Suprimento de energia	20.1	1.852.546	1.847.484	401.257
Energia de curto prazo	20.2	10.359	7.492	5.866
Receta operacional bruta		1.862.905	1.854.976	407.123
(-) Deduções à receita operacional				
ICMS				(3.751)
PIS/COFINS				(35.632)
Encargos do consumidor				(34.306)
P&D				(1.490)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(1.622)
Outros encargos				(1.499)
Receita		1.862.905	1.854.976	353.241

20.1 Suprimento de energia

Variação no exercício refere-se ao ajuste dos contratos de suprimento de energia, que são indexados ao IPCA e sofreram um reajuste acumulado de 4,83%, aumentando a receita para o exercício de 2024.

20.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se, principalmente, a dois fatores: (i) redução das sobras de energia comercializadas junto à CCEE em 2024 quando comparado ao exercício de 2023, devido ao encerramento de alguns contratos de compra de energia; e (ii) piora do GSF médio anual de 2024 quando comparado ao mesmo exercício do ano anterior.

21 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados a administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2024	2023	
Custo da operação e do serviço				
Com energia elétrica				
De operação administrativa				
Outras				
Total	20.1	1.862.905	1.854.976	353.241
Despesas operacionais				
Com energia elétrica				
De operação administrativa				
Outras				
Total	20.2	10.359	7.492	5.866

21.1 Energia elétrica comprada para revenda

...continuação

Companhia Energética do Jari - CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações segundo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 16), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente no contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e as peculiaridades setoriais, o valor de mercado do Uso do bem público e das Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

(ii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação e descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

25.1.21 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais alto é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de instrumentos financeiros no exercício.

25.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elenco para a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 16 possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados à TJLP.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atrelados a dívidas em moeda estrangeira.

25.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas na nota 16, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores atuais as de vencimentos dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Saldo da exposição	Ano					
Aplicação financeira - CDB	CDI	87.361	7.730	7.730	1.896	3.779	(1.910)	(3.835)
Caçueis e depósitos vinculados	CDI	26.728	1.566	270	1.836	456	910	(457)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	114.089	9.296	270	-	9.566	2.352	4.689
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(345.515)	(29.882)	(62.994)	(4.609)	(97.485)	(18.611)	(36.934)
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(345.515)	(29.882)	(62.994)	(4.609)	(97.485)	(18.611)	(36.934)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores ilustram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 20,72% e 4,47% a.a.; TJLP entre 12,21% e 3,41% a.a.

25.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados na nota 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captativas efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 27.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2024						31/12/2023	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos Financeiros								
Fornecedores	1.597	111	112.216			113.924	106.705	
Empréstimos, financiamentos e encargos de divisas	5.253	12.335	33.213	270.244	24.259	345.304	395.740	
Juros vincendos de Empréstimos e Financiamentos	3.236	4.085	21.044	41.705	27.593	97.663	117.337	
Uso do bem público	252	504	2.903	9.498	53.824	(30.712)	35.669	34.189
Licenças ambientais	756	5.159	2.969	4.170	(766)	12.288	12.674	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11.094	22.194	171.745	325.617	105.698	(31.478)	604.870	666.662

25.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle de saúde financeira exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impõe nos contratos de dívida acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais covenants por contrato aparecem descritos individualmente na nota 16. A emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 27.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos.

Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor garantido seja executado pela contraparte de falta de pagamento.

25.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2024 foi negativo na Companhia em R\$64.263 (R\$95.960 negativo em 31 de dezembro de 2023), devido às amortizações previstas dos Empréstimos e Financiamento. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir com as obrigações operacionais de curto prazo, seja por meio da própria geração de caixa da Companhia, quanto por captação de divida ou com eventuais aportes dos acionistas, se necessário.

25.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidrelétrica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE não pode garantir a disponibilidade de energia.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, transferência de 92% desse risco hidrológico remanescente para 190MWh e 87% para 20,9MWh, para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

25.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteadas: (i) pela legislação vigente, que impõe aquele que direta ou indiretamente causa degradação ambiental o dever de reparar ou indemnizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da controladora em conjunto, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
PresidenteLiyi Zhang
ConselheiroMaria Marta de Figueiredo Geraldes
ConselheiraSilvio Alexandre Scucuglia da Silva
ConselheiroEvandro Leite Vasconcelos
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor-PresidenteFernando Fleischer Ferrari
Diretor Financeiro